

IMPACTOS DA PANDEMIA NA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

ALVANA MARIA BOF¹
FLAVIA VIANA BASSO²
ROBSON DOS SANTOS³

RESUMO

Este estudo investiga os impactos da pandemia Covid-19 na alfabetização das crianças nas escolas públicas brasileiras. Considerando as condições em que ocorreu o processo de alfabetização das crianças, analisa as estratégias adotadas pelas escolas de anos iniciais do ensino fundamental (EF) para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem de seus alunos, durante a suspensão das aulas presenciais e busca verificar os possíveis reflexos dessas novas condições de ensino nos resultados da alfabetização das crianças, comparando dados dos períodos pré e pós pandemia. Para as análises foram utilizados dados da Pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad-c). Os resultados apontam consideráveis desigualdades na adoção de estratégias para a continuidade das atividades pedagógicas durante a suspensão das aulas

- 1 Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Diret/Inep), Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Doutora em Educação pela The George Washington University (Estados Unidos), alvana.bof@inep.gov.br;
- 2 Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Diret/Inep) e Mestra em Administração Pública pela Universidade de Brasília (UnB), flavia.basso@inep.gov.br;
- 3 Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Diret/Inep). Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), robson.santos@inep.gov.br.

presenciais entre as escolas, redes de ensino, regiões e unidades federativas. Quanto aos resultados da alfabetização das crianças, constata-se um aumento, em 2021, no percentual de crianças de 7/8 anos que não sabe ler e escrever no País. Resultados do Saeb 2º ano do EF pré e pós pandemia evidenciam um aumento no percentual de alunos cuja proficiência está localizada nos níveis mais baixos da escala de proficiência de Língua Portuguesa. Desigualdades são verificadas ao se considerarem as regiões geográficas, entes federativos, localização rural/urbana e raça/cor das crianças. Os resultados sugerem ainda que houve um aumento nas desigualdades educacionais após a pandemia.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação Básica; Pandemia Covid-19; Desigualdades.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 que assolou o Brasil em 2020 e 2021 impactou consideravelmente o funcionamento das escolas e redes de ensino brasileiras, afetando assim o processo de escolarização de milhares de crianças. Repentinamente, os estudantes tiveram as aulas suspensas e as dinâmicas de ensino-aprendizagem, quando continuadas, sensivelmente alteradas. O ensino presencial deu espaço ao ensino remoto. A interação professor-aluno que rotineiramente acontece nas salas de aula foi substituída por outras formas de ensino, de acordo com a capacidade das redes de ensino/escolas de responderem à situação estabelecida e também conforme as condições do contexto socioeconômico em que vivem as famílias.

As mudanças nas condições e formas de ensino durante a pandemia assumem contornos ainda mais contundentes quando se trata das crianças pequenas, que estavam prestes a vivenciar ou estavam vivenciando o processo de alfabetização. As especificidades desse processo fazem com que o fechamento das escolas e a falta do contato presencial com o professor sejam muito mais sentidos pelos alunos, uma vez que a criança ainda não possui autonomia para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e necessita da mediação de um adulto para lhe orientar, guiar e motivar. Uma grande preocupação que se apresenta com o fechamento das escolas nessa etapa é uma possível ruptura do ciclo de alfabetização das crianças, que necessitam de um acompanhamento sistemático e de estímulos/motivação para seguir confiantes no percurso de desenvolvimento das habilidades em leitura e escrita previstas para esse estágio. Com as aulas presenciais suspensas e entendendo que a fase de alfabetização requer o acompanhamento de um adulto mediador, como terá ocorrido o processo de alfabetização das crianças brasileiras durante o período da pandemia? E que efeitos (se existentes) o contexto teria produzido sobre os resultados da alfabetização dessas crianças?

Há um conjunto de estudos que buscaram demonstrar os impactos da pandemia na Educação no Brasil. O documento “Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus” (Lima, 2021) sintetiza resultados de cinco estudos realizados entre março e junho de 2020 colhendo informações de diversos atores educacionais. Outro relatório intitulado “A Educação não pode esperar” elaborado pelo

Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Instituto Rui Barbosa (IRB) e um conjunto de Tribunais de Contas estaduais e municipais (CTE-IRB/Iede, 2020) apresenta uma investigação realizada em 2020 para mapear ações das redes de ensino durante a pandemia. Foram 249 redes de ensino de todas as regiões do País. Os resultados mostram que a adoção de estratégia(s) para oferecer atividades pedagógicas aos estudantes no período em que houve a suspensão das aulas presenciais foi bastante diferente entre as redes de ensino das regiões brasileiras. O relatório apresenta as estratégias adotadas pelas redes de ensino para a continuidade das atividades pedagógicas durante o período de suspensão das aulas, bem como a forma e a periodicidade com que os conteúdos eram disponibilizados. Para a etapa dos anos iniciais, foram recorrentes as respostas das redes que relataram priorizar atividades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações básicas de matemática. Observou-se ainda a preocupação de alguns gestores em evitar uma ruptura drástica do ciclo de alfabetização, buscando, para isso, oferecer orientações aos responsáveis das crianças de como estimulá-las e sugerindo atividades envolvendo o alfabeto.

Com o intuito de agregar e ampliar as informações sobre esse debate, o objetivo deste estudo foi investigar as condições em que ocorreu o processo de alfabetização⁴ das crianças nas escolas brasileiras durante a pandemia de Covid-19 em 2020, analisando: i) as estratégias de ensino-aprendizagem adotadas pelas escolas de anos iniciais do ensino fundamental durante a suspensão das aulas presenciais e ii) os possíveis reflexos dessas novas condições de ensino nos resultados da alfabetização.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base em análises estatísticas utilizando-se duas bases: dados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil, promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2020 e dados da Pesquisa

4 Considera-se a alfabetização como a “apropriação do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao domínio progressivo de habilidades de leitura e produção de textos com autonomia” (Brasil, 2021).

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período pré e pós pandemia. A análise dos dados objetivou identificar quais foram as estratégias adotadas pelas escolas dos anos iniciais do EF para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos. A partir desses dados buscou-se identificar possíveis efeitos da suspensão das aulas presenciais no período pandêmico na aprendizagem das crianças, especialmente sua alfabetização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia afetou sensivelmente o funcionamento regular das escolas de anos iniciais do ensino fundamental no País. Dados do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil, produzidos pelo Inep, mostram que cerca de 99% das escolas públicas brasileiras que ofertam matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental suspenderam as aulas presenciais durante a pandemia em 2020. Embora a maioria dessas escolas adotou alguma estratégia de ensino não presencial durante o período de suspensão das aulas, há 2,4% delas que não adotaram nenhuma estratégia e cerca de 3% que não forneceram essa informação.

A análise das estratégias e ferramentas adotadas para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos pelas escolas públicas que ofertam os anos iniciais do EF durante a suspensão das aulas presenciais revela que a estratégia mais utilizada foi a disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos para retirada na escola pelos alunos ou responsáveis e/ou entrega em domicílio (95,9%), seguida pela disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem na internet (71,3%) (Gráfico 1). É interessante notar, não obstante, que há um percentual bem menor de escolas públicas que realizaram treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial (21,2%), proveram atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos, seus pais ou responsáveis (57,1%), ou suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos (52,6%), o que pode indicar que muitos estudantes podem não ter recebido uma orientação mais efetiva quanto ao uso dos materiais enviados e as atividades a serem realizadas.

Observa-se, nesse aspecto, que para as escolas privadas, os percentuais das que adotaram essas três estratégias foram bem superiores: 62,8% proveram treinamento aos pais/responsáveis e alunos, 82,5% atendimento virtual ou presencial aos pais/alunos e 78,5% suporte aos pais/alunos para a elaboração/desenvolvimento do plano de estudo. Tendo em vista a necessidade de mediação de um adulto no processo de alfabetização da criança, a falta dessa preparação/orientação dos pais/adultos responsáveis pode indicar limitações consideráveis no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças, especialmente na fase de alfabetização.



Gráfico 1 - Percentual de escolas públicas e privadas que adotaram estratégias para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos – Brasil – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

Uma análise mais detalhada das escolas públicas de anos iniciais do EF que adotaram a disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos, mas não ofereceram algum tipo de treinamento/atendimento/suporte junto aos pais/responsáveis aponta que, no Brasil, 19,5% das escolas de anos iniciais não adotaram essas estratégias, estando mais concentradas em estados das regiões Norte e Nordeste (Gráficos 2 e 3). Destacam-se os maiores percentuais no Amazonas (32,5%), Tocantins (32,3%), Pará (30,5%), Acre (29,6%), Maranhão (28,6%) e Piauí (27,7%). Analisando, por outro lado, os percentuais de escolas que adotaram a disponibilização de materiais de ensino-aprendizagem impressos ou via internet e realizaram, concomitantemente, algum tipo de “treinamento” ou atendimento/suporte junto aos pais alunos para uso de métodos/materiais de ensino não presencial, observa-se que a concentração de escolas ocorre em algumas unidades federativas das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste e Sul, destacando-se o Distrito Federal (92,9%), São Paulo (91,8%), Santa Catarina (86,0%), Goiás (84,0%), Rio Grande do Sul (83,5%) e Mato Grosso do Sul (82,9%).

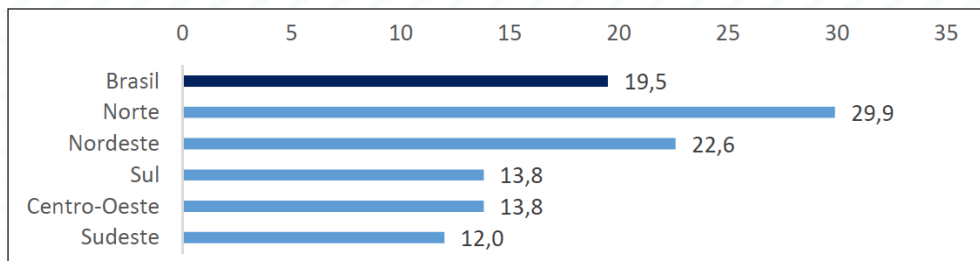


Gráfico 2 – Percentual de escolas públicas que adotaram a disponibilização de materiais pedagógicos sem treinamento/atendimento/suporte aos pais/alunos para uso dos materiais pelas escolas públicas - Brasil e regiões – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

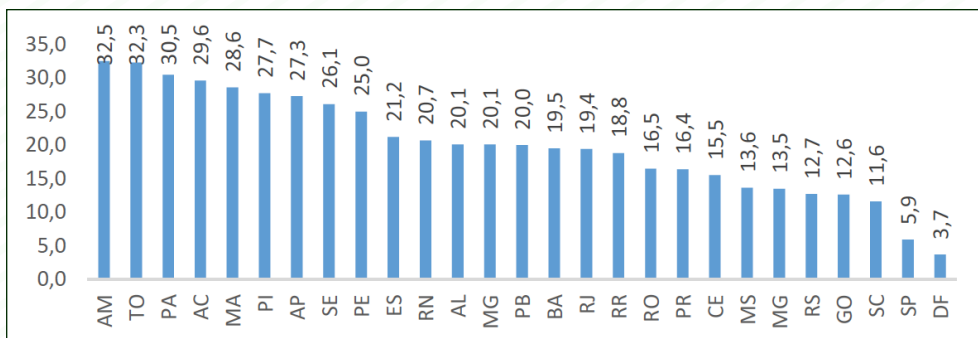


Gráfico 3 – Disponibilização de materiais pedagógicos sem treinamento/atendimento/suporte aos pais/alunos para uso dos materiais – Unidades Federativas – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

Esses resultados explicitam as diferenças regionais e entre os entes federados na oferta de atividades pedagógicas não presenciais com a utilização de materiais pedagógicos, conjuntamente com a formação/preparação da pessoa que possivelmente acompanhará as atividades da criança em casa. As diferenças observadas na adoção de estratégias de formação/suporte aos pais/responsáveis podem significar que esses estudantes tiveram seu processo de alfabetização prejudicado.

Retomando os resultados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil apresentados no Gráfico 1 e analisando os dados referentes às escolas que adotaram como estratégia de ensino não presencial a realização de aulas ao vivo com possibilidade de interação entre alunos e professor pela Internet ou a transmissão de aulas síncronas pela internet, verifica-se o número restrito de escolas públicas que adotaram essas estratégias no País (32% e 22,6%, respectivamente), percentuais bem inferiores aos observados na rede privada: 82,5% e 72,8%, respectivamente. Observa-se ainda que o percentual de escolas privadas que adotaram a transmissão de aulas gravadas (assíncronas) pela internet (79,4%) foi expressivamente maior do que o das escolas públicas (46%).

Tais desigualdades na adoção de estratégias ancoradas nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se expressam também entre as escolas públicas das regiões brasileiras e entes federados, como ilustram os Gráficos 4 e 5. Analisando as escolas públicas que

adotaram alguma estratégia que exija conexão à internet, verifica-se que a região Norte é a que congrega o menor percentual de escolas que adotaram qualquer uma dessas estratégias (20,3%), havendo uma diferença acentuada entre o percentual de escolas que as adotaram no Distrito Federal (89,1%), Ceará (84,5%), São Paulo (79,1%) e Goiás (75,0%), comparativamente ao Acre (9,6%) e Amazonas (14,2%).

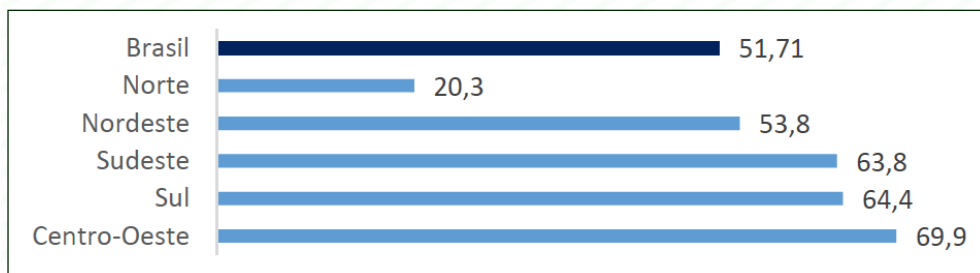


Gráfico 4 – Percentual de escolas públicas que adotaram a realização ou transmissão de aulas síncronas via internet ou a disponibilização de aulas previamente gravadas pela Internet – Brasil e regiões – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

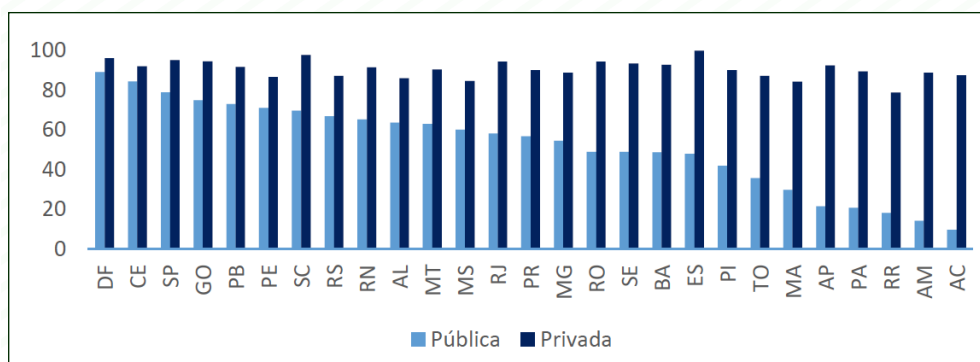


Gráfico 5 – Percentual de escolas públicas e privadas que adotaram a realização ou transmissão de aulas síncronas via internet ou a disponibilização de aulas previamente gravadas pela Internet – Unidades da Federação – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

A respeito da adoção de estratégias de ensino que se ancoram na internet, é importante considerar como o emprego dessas tecnologias/

internet para atividades pedagógicas de aprendizagem ocorria antes da pandemia nas escolas e se houve mudanças durante a pandemia. Como se depreende do cartograma apresentado na Figura 1, que ilustra o percentual de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental que utilizam a internet como recurso de aprendizagem antes da pandemia (2019) e depois da pandemia (2021), ocorreu uma ampliação no percentual de escolas que faziam uso desse recurso. Em 2019, a utilização era mais frequente em municípios das regiões Sudeste e Sul; já em 2021, observa-se uma ampliação do uso tanto nas regiões Sudeste e Sul quanto nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Em ambos os anos, como se vislumbra, o recurso foi bem menos utilizado em escolas situadas nos municípios da região Norte e alguns estados no Nordeste como MA, TO, PI e norte da Bahia.

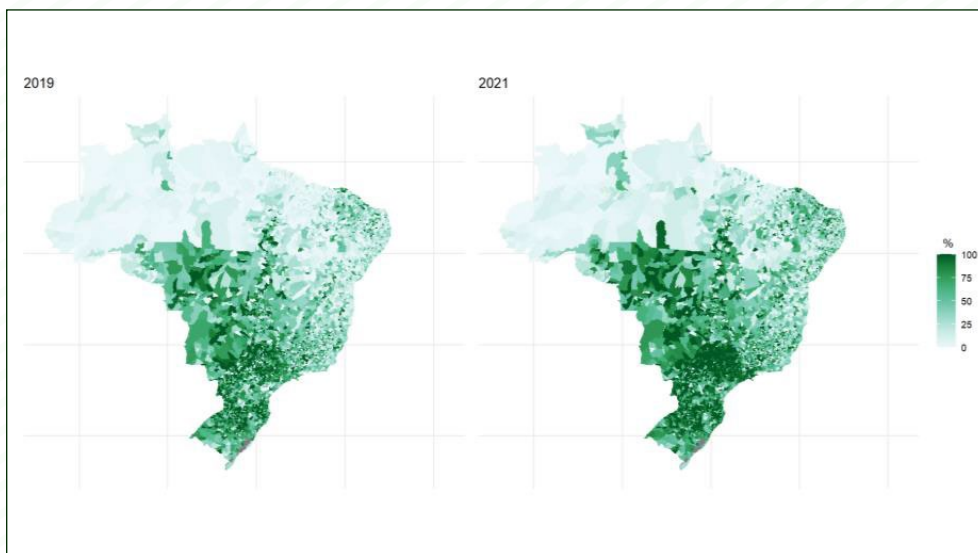


Figura 1 - Percentual de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental que utilizam a internet como recurso de ensino aprendizagem, por município – Brasil (2019/2021).

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2019/2021)

Esses dados revelam as condições desiguais entre as escolas anteriores ao contexto da pandemia e sugerem que, instituições que faziam uso de recursos de internet para as atividades de aprendizagem e estão situadas em localidades onde este acesso é disponibilizado possuem, potencialmente, uma maior experiência didático-pedagógica

com esses instrumentos, assim como uma infraestrutura que poderia ser empregada com mais agilidade no contexto pandêmico. Note-se que são os municípios da região Norte e de partes da região Nordeste os que justamente abrigam as escolas que tinham menos condições de partida para enfrentar o contexto da pandemia.

O Gráfico 6 apresenta os resultados da Pesquisa Covid-19 em relação às estratégias adotadas pelas escolas públicas e privadas de anos iniciais do EF junto aos professores. Nota-se inicialmente que, enquanto a maioria das escolas públicas e privadas declararam ter reorganizado ou adaptado o planejamento/plano de aula com priorização de habilidades e conteúdos específicos com os professores, há um percentual menor de escolas públicas (84,8%) que declarou ter realizado reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades, comparativamente à rede privada (95,5%). Chama muito a atenção ainda que somente pouco mais da metade das escolas públicas (55,7%) declararam ter promovido treinamento com seus professores para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial, enquanto para a rede privada esse percentual foi de 84,1%.

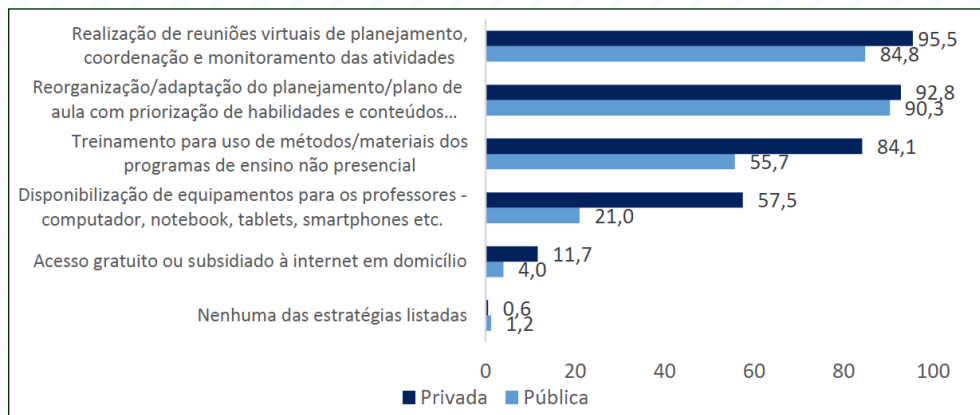


Gráfico 6 - Percentual de escolas públicas e privadas que adotaram estratégias junto aos professores durante a suspensão das aulas presenciais – Brasil – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

Analisando as respostas das escolas por unidade da Federação também se verificam discrepâncias quanto à promoção de treinamento junto aos professores para uso de métodos/materiais dos programas

de ensino não presencial: enquanto 93,5% e 84,9% das escolas públicas do Distrito Federal e de Santa Catarina, respectivamente, adotaram essa estratégia com os professores, no Pará e na Bahia esse percentual foi menos da metade: 40,3%.

Quanto à comunicação entre o aluno/famílias e a escola/professor durante a suspensão de aulas presenciais (Gráfico 7), constata-se que 81,3% das escolas públicas de anos iniciais do EF adotaram como estratégia a manutenção de canal de comunicação direto dos alunos com os professores (por e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens) e 75,5% a manutenção de canal de comunicação dos alunos com a escola. Nota-se, não obstante, quando os dados são analisados por unidade da federação e pelas redes estaduais e municipais, que há uma variação considerável entre os estados brasileiros.

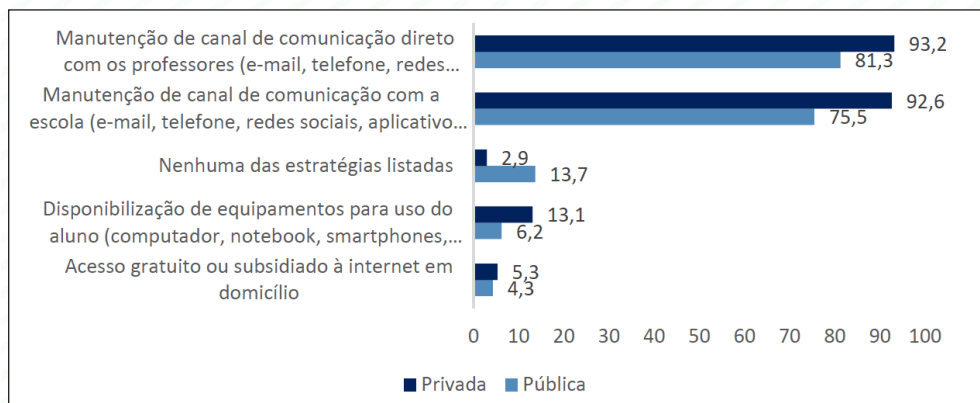


Gráfico 7 - Percentual de escolas públicas e privadas que adotaram estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizados aos alunos – Brasil – 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa de Resposta Educacional à Pandemia 2020 (Inep).

De modo geral, os resultados apresentados nesta seção revelam expressivas desigualdades entre as escolas de anos iniciais do EF das unidades Federativas e regiões brasileiras na adoção de estratégias para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem no período da pandemia.

EFEITOS DA PANDEMIA NA APRENDIZAGEM/ ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

Diante das desigualdades na resposta à pandemia retratadas na seção anterior, uma questão que surge naturalmente é quais teriam sido os reflexos ou efeitos (se existentes) desse período nos resultados da aprendizagem das crianças em fase de alfabetização no País. Para lançar luzes sobre o que ocorreu durante a pandemia em relação à alfabetização das crianças, apresentam-se a seguir algumas análises de dados provenientes do suplemento de Educação da PNAD-C, que são coletados trimestralmente junto aos chefes de domicílios em nível nacional e possuem uma questão que se relaciona com a alfabetização das crianças. A pergunta específica aborda se as crianças que residem no domicílio sabem ler e escrever. Para as análises, considerou-se a população de crianças de 7 e 8 anos, idade em que, teoricamente, a criança teria passado por, pelo menos, dois anos de escolarização com foco na alfabetização.

Os resultados gerais no nível nacional são ilustrados no Gráfico 8, que apresenta o percentual de crianças de 7 e 8 anos que não sabiam ler e escrever, no período de 2012 a 2022.

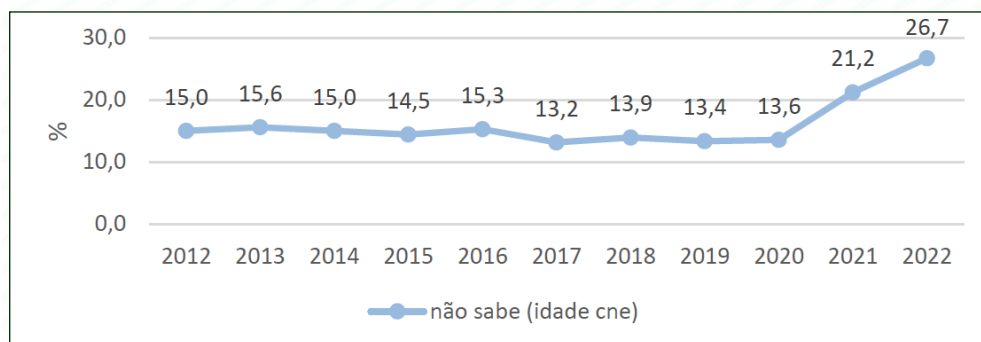


Gráfico 8 – Percentual da população de 7 e 8 anos que não sabe ler e escrever – Brasil – 2012-2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pnad-c 2012-2022 (IBGE).

Na análise, percebe-se claramente um aumento considerável, a partir de 2021, no percentual de crianças de 7 e 8 anos que não sabem ler e escrever. De pouco mais de 13% em 2019 e 2020, o montante de crianças que não sabem ler e escrever subiu para 21,2% em 2021 e

26,7% em 2022, aumento expressivo que pode estar refletindo o período pandêmico de 2020.

A análise dos dados nas regiões brasileiras e unidades federativas permite constatar que ocorreu um aumento na proporção de crianças de 7 a 8 anos que não sabem ler e escrever após o período de suspensão das aulas presenciais em todas as unidades da federação (Gráfico 9).

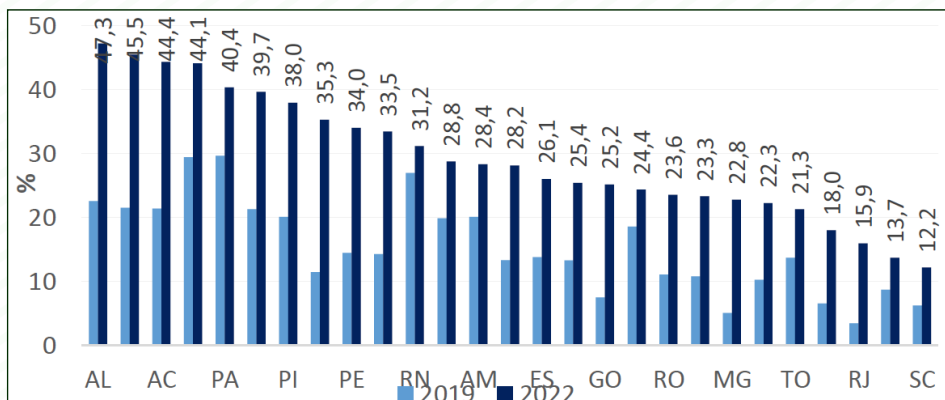


Gráfico 9 – Percentual da população de 7 e 8 anos que não sabe ler e escrever – Unidades Federativas – 2012-2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pnad- 2012-2022 (IBGE).

Informações relevantes são obtidas quando esses dados da PNAD-C são desagregados de acordo com a raça/cor da criança (Gráfico 10). Em todos os anos da série histórica (2012-2022), os percentuais de crianças negras que não sabem ler e escrever são consideravelmente maiores do que os das crianças brancas.

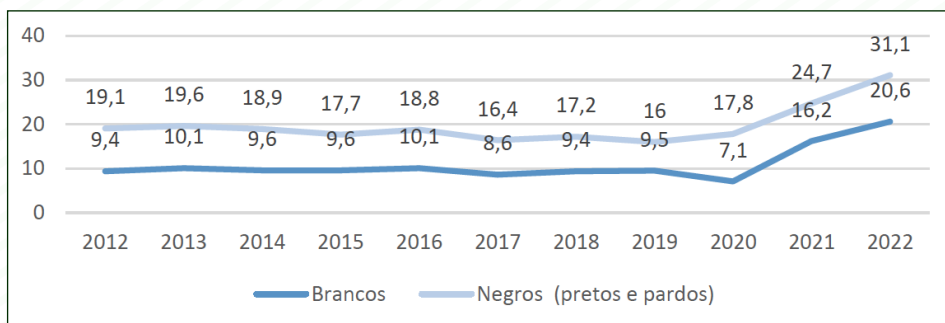


Gráfico 10 – Percentual de crianças de 7 e 8 anos que não sabe ler e escrever, por raça/cor – Brasil - 2012-2022.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pnad-c 2012-2022 (IBGE).

Os dados da PNAD-C apresentados configuram um cenário de aumento considerável no percentual de crianças de 7 e 8 anos que não sabem ler e escrever em 2021 e 2022 no País, consistentemente com os resultados do Saeb – 2º ano do EF de 2019 e 2021 que revelam um expressivo aumento do percentual de alunos do 2º ano do EF cuja proficiência está situada nos níveis mais baixos da escala de proficiência de Língua Portuguesa. Há indicações de que as crianças residentes em estados das regiões Norte e Nordeste, que estudam em escolas nas zonas rurais e pertencentes a determinados grupos sociodemográficos, como as crianças negras, parecem ter sido mais negativamente afetadas pela conjuntura escolar evocada pela pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo não deixam dúvidas: houve desigualdades muito expressivas nas oportunidades para a continuidade da realização das atividades de ensino-aprendizagem durante a pandemia entre os alunos das escolas de anos iniciais do EF brasileiras. As crianças mais afetadas foram as residentes em municípios do Norte, em alguns estados do Nordeste e municípios/redes de ensino espalhados pelo País, cujas escolas/redes de ensino não lograram garantir condições essenciais para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem em seu processo de alfabetização, seja pelas carências da própria escola, seja pela precariedade das condições de infraestrutura e acesso a tecnologias de informação e comunicação das famílias.

A investigação sobre os possíveis reflexos das mudanças na rotina escolar causadas pela pandemia na alfabetização das crianças brasileiras aponta que houve um aumento expressivo do percentual de crianças de 7 e 8 anos de idade que não sabem ler e escrever em 2021 e 2022, após o ano escolar pandêmico de 2020. Desigualdades também são observadas na alfabetização em relação à área da residência ou escola da criança e sua raça/cor.

Os impactos e consequências geradas na educação brasileira pela pandemia da Covid-19 são evidentes e provavelmente vão persistir por anos, afetando a trajetória escolar e as vidas de milhares de crianças. Não há como fechar os olhos a essa dura realidade. Cabe ao poder público federal, estadual e municipal planejar e operacionalizar imediatamente políticas/programas para a minimização dos efeitos

nefastos da pandemia na escolarização das crianças, sobretudo as pobres, negras e mais vulneráveis, e resgate das aprendizagens perdidas. Ações conjuntas entre o Ministério da Educação, governos estaduais e municipais, redes de ensino e comunidades escolares são cruciais e urgentes para garantir que o retorno dos alunos ao ensino presencial seja acompanhado de programas/ações concretas de resgate das aprendizagens, da motivação e da confiança dos estudantes. É nosso dever garantir que todas as crianças brasileiras sejam efetivamente alfabetizadas e prossigam sua caminhada escolar amparadas, com aprendizagens em níveis adequados e confiantes em seu futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G. et al. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 571–603, 2013.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

CTE-IRB/IEDE. A Educação não pode esperar: ações para minimizar os impactos negativos à educação em razão das ações de enfrentamento ao novo coronavírus. Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa e Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional, junho 2020. Disponível em: <https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Estudo_A_Educa%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Pode_Esperar.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020. » [https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Estudo_A_Educa%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Pode_Esperar.p df](https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Estudo_A_Educa%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Pode_Esperar.pdf)

LIMA, Ana Lúcia D'Império. Retratos da educação no contexto da pandemia do coronavírus: um olhar sobre múltiplas desigualdades. [S. l.]: Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital-_outubro20.pdf. Acesso em 24 de maio de 2022.